

VII Conferência Anual de Educação

Intervenção da Presidente da CMS – Maria das Dores Meira

1 Cabe-me, por dever do cargo que desempenho, dar-vos as boas-vindas a
2 esta VII Conferência Anual de Educação que tem como tema “*Setúbal,*
3 *Cidade Educadora: Construir um projeto educativo para a cidade*”.

4 Boas-vindas a que junto o nosso agradecimento a todos os oradores e
5 moderadores que aceitaram estar aqui hoje a partilhar conhecimento.

6 Dizia-vos que é um dever estar na abertura desta conferência, mas, mais
7 do que um dever, é, para mim, que comecei o meu percurso autárquico
8 como vereadora da educação, uma alegria poder aqui estar e ver como
9 também nesta área progredimos no nosso concelho.

10 É, como sabem, a última vez que abrirei esta conferência. Contudo, sai-
11 bam que estarei sempre aqui convosco. Saibam que partilharei sempre
12 das vossas preocupações, das vossas alegrias. Convosco, com esta co-
13 munidade educativa, aprendi muito do que sei hoje como autarca.

14 Cabe-me, por isso, por dever, agradecer-vos o trabalho que ao longo des-
15 tes anos fizeram connosco.

16 Cabe-me agradecer-vos o empenho que tiveram na intensa transformação
17 operada, nestes anos, nas nossas escolas.

18 Há muito por fazer ainda?

19 Claro que há.

20 Haverá sempre.

21 Por isso vos digo que temos de continuar a trabalhar, de continuar a fazer
22 Mais Cidade, Mais Setúbal.

23 Ainda que estejamos limitados pela pandemia desde 2020, com esta con-
24 ferência quisemos criar um espaço anual de encontro, reflexão e capaci-
25 tação da comunidade educativa onde, com a ajuda de especialistas das
26 ciências da educação e com o intercâmbio de experiências locais, nacio-
27 nais e internacionais, procuramos novos caminhos e definimos ações con-
28 cretas e adaptadas às especificidades do território.

29 Esta conferência anual de educação é, afinal de contas, a concretização
30 dos objetivos programáticos que estabelecemos para o presente mandato
31 autárquico, enquadrados nos princípios da Carta das Cidades Educado-
32 ras, nos princípios da Rede Global de Cidades de Aprendizagem da
33 UNESCO e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030.

34 Significa isto que entendemos a cidade enquanto espaço educativo onde
35 se educa através de projetos e atividades, seja nas áreas da cultura, par-
36 ticipação, ambiente, património ou da juventude, entre muitas outras.

37 Um espaço educativo que resulta do investimento em equipamentos cul-
38 turais, desportivos, escolares, sociais ou da recuperação do património,
39 entendido também como identidade e memória e preservação do ambi-
40 ente.

41 Que resulta de investimentos em espaços de lazer e na melhoria dos ser-
42 viços públicos.

43 O que procuramos edificar é uma cidade que possa igualmente ser utili-
44 zada como recurso educativo ao serviço das escolas, das famílias e de
45 toda comunidade.

46 Esta é a cidade que educa todos e todas e onde todos e todas têm um
47 compromisso com a educação e, naturalmente, uma função educadora.

48 Acreditamos que, assim, é possível crescer com autonomia, sentido de
49 pertença e sentido cívico.

50 Para isso, precisamos das necessárias ferramentas para intervir e, claro,
51 de ter equipamentos escolares de qualidade, de intervir naqueles que ca-
52 recem dessa qualificação e de ampliar a rede escolar no nosso concelho.

53 No que nos diz respeito, temos feito a nossa parte. Afirmo-o com a con-
54 vicção de quem sabe o que foi feito e o que é feito a cada momento nesta
55 matéria.



56 Tomemos como exemplo o problema do amianto. As intervenções de
57 substituição de coberturas em fibrocimento, com amianto, que ainda exist-
58 tiam em algumas escolas do concelho, participadas por fundos comu-
59 nitários, incluíram as escolas básicas de 2.º e 3.º ciclos de Aranguêz e
60 Azeitão e a Escola Secundária D. Manuel Martins, da tutela do Estado, e
61 as escolas básicas de 1.º ciclo de Santa Maria e das Amoreiras, da res-
62 ponsabilidade da autarquia.

63 No caso dos estabelecimentos geridos pelo Estado, o município assumiu
64 uma parceria com o Ministério da Educação que permitiu a concretização
65 de obras que deveriam ter sido realizadas há muitos anos.

66 Aliás, foi o próprio Governo que legislou a obrigatoriedade de se retirar o
67 fibrocimento dos edifícios, mas, mais uma vez, não cumpriu e são os mu-
68 nicipios que estão a fazer as intervenções. Estranhamente, assistimos em
69 torno destas operações garantidas pela autarquia um pouco usual frene-
70 sim político.

71 No caso do concelho de Setúbal, com estas intervenções completa-se a
72 remoção das coberturas de fibrocimento em todos os edificios escolares
73 da rede pública, depois de o município, no âmbito deste processo, já haver
74 substituído as coberturas das escolas do 1.º ciclo dos Arcos, de São Ga-
75 briel, do Monte Belo, da Azeda e do Peixe Frito

76 No decorrer deste processo, constatámos que as escolas da competência
77 do Governo, sobretudo as escolas de Aranguêz, de Azeitão e Secundária
78 de Bocage, têm problemas estruturais que o Ministério da Educação tem
79 vindo a ignorar e necessitam de intervenções profundas.

80 De salientar, igualmente, que as escolas Secundária D. Manuel Martins e
81 EB de Azeitão não têm pavilhões gimnodesportivos, o que significa que os
82 alunos destes estabelecimentos de ensino da responsabilidade do Poder
83 Central têm sido discriminados, pois têm o direito a ter Educação Física
84 como em qualquer outra escola.



85 Compreende-se assim o excessivo frenesim em torno da questão do ami-
86 anto, escolhida como a melhor forma de ocultar problemas que estão por
87 resolver, em alguns casos, há décadas, por sucessivos governos.

88 A resolução de um desses problemas consiste na construção de uma nova
89 Escola Secundária que sirva a população estudantil de Azeitão.

90 Paralelamente, é fundamental que o Poder central avance para requalifi-
91 cação da Escola Básica 2, 3, de Azeitão, desenvolvendo, em parceria com
92 a Câmara Municipal de Setúbal, o projeto de construção de pavilhão gim-
93 nodesportivo, que permita a prática das aulas de educação física ao longo
94 de todo o ano letivo.

95 Ao contrário do que supúnhamos, esta não é, afinal, uma exigência que
96 recolha a unanimidade de todos os representantes políticos, como, sur-
97 preendentemente, descobrimos há dias.

98 Por nós, continuaremos absolutamente disponíveis para exigir a constru-
99 ção desta escola e tudo fazer para ela seja uma realidade para favorecer
100 a população de Azeitão.

101 Se tivermos de protestar para que isso aconteça, cá estaremos. Con-
102 nosco, o protesto tem sempre uma finalidade e, muitas vezes, é bem su-
103 cedido.

104 O que não acontecerá é ficarmos à espera de que a boa vontade do Go-
105 verno seja uma questão de afinidade por quem governa a autarquia. As
106 populações são mais importantes do que essas simpatias de oportuni-
107 dade.

108 O acesso de todos a uma escola pública de qualidade é mais importante
109 do que essas afinidades.

110 Estes são os nossos compromissos firmes. Ao longo dos anos mostrámos
111 que os sabemos honrar.



112 Vamos continuar a saber honrá-los.

113 A todos e a todas, muito obrigada pelo percurso comum que fizemos.

114 Desejo-vos uma boa reunião e que levem daqui mais saber, mais conhe-
115 cimento.

116

117 -- Fim --

